



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Desempenho econômico-financeiro

O mercado segurador atingiu o volume de R\$ 53,4 bilhões em prêmios auferidos, conforme estatísticas divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP representando aumento de 14,3% sobre os R\$ 46,7 bilhões de 2009, desconsiderando os prêmios de VGBL.

Prêmios auferidos

Os prêmios emitidos líquido da Companhia totalizaram R\$ 991,9 milhões em 2010, aumento de 30,9% em relação aos R\$ 757,6 de 2009.

Investimentos

A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 15,7 milhões em 2010, destinados a ampliação e modernização do imóvel para uso próprio, em tecnologia e equipamentos de rastreamento de veículos.

Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas totalizaram em 2010 R\$ 67,1 milhões, com um aumento de R\$ 9,3 milhões ou 16,1% sobre o montante de R\$ 57,8 milhões em 2009. Essa variação deve-se principalmente aos gastos com localização e funcionamento e ao aumento de R\$ 3,8 milhões ou 14,3% com pessoal próprio em função do aumento de 5,0% por acordo coletivo e crescimento no quadro de funcionários, devido à expansão dos negócios.

As despesas com tributos totalizaram em 2010 R\$ 17,1 milhões, com um aumento de R\$ 1,3 milhão ou 8,2% sobre o montante de R\$ 15,8 milhões em 2009.

Em 2010, o índice de despesas administrativas e com tributos da Companhia sobre os prêmios ganhos foi de 9,8%, sendo que em 2009 foi de 11,0%, com uma redução de 1,2 ponto percentual.

Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2010 R\$ 100,6 milhões, com um aumento de R\$ 10,1 milhões, ou 11,1% em relação aos R\$ 90,5 milhões

em 2009 devido as receitas com aplicações financeiras que totalizaram em 2010 R\$ 51,8 milhões, com um aumento de R\$ 8,1 milhões, ou 18,5% em relação aos R\$ 43,7 em 2009, que decorre, principalmente, da variação de 26,1% dos montantes médios aplicados, para R\$ 545,6 milhões em 2010, em relação aos R\$ 432,8 milhões do exercício anterior.

As despesas financeiras totalizaram em 2010 R\$ 5,2 milhões com um aumento de R\$ 0,4 milhão, ou 8,3% em relação aos R\$ 4,8 milhões em 2009.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2010 foi de 98,8%, redução de 3,8 pontos percentuais em relação aos 102,6% do exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2010 foi de 87,7%, redução de 2,1 pontos percentuais em relação aos 89,8% do exercício anterior. Esta redução decorre de: (i) redução de 1,5 ponto percentual no índice de sinistralidade para 69,3% em 2010, em relação aos 70,8% do exercício anterior; (ii) da redução de 1,2 ponto percentual no índice de despesas administrativas e com tributos, para 9,8% em 2010, em relação aos 11,0% do exercício anterior e (iii) da redução de 1,0 ponto percentual no índice de comissionamento, para 19,8% em 2010, em relação aos 20,8% do exercício anterior.

Lucro líquido

O lucro líquido do exercício totalizou em 2010 R\$ 87,1 milhões, registrando um aumento de 65,6% sobre R\$ 52,6 milhões obtidos no exercício anterior.

O lucro por ação foi de R\$ 4,84 em 2010, com aumento de 65,1% sobre R\$ 2,93 do exercício anterior.

Distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

Perspectivas

Em 2010, o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro cresceu, até o terceiro trimestre, 7,5% em relação ao mesmo período de 2009. A expectativa de crescimento para 2011 é de 5,5%, de acordo com as últimas previsões do mercado.

O ano de 2010 foi significativo para o setor de seguros, o mercado segurador apresentou um crescimento de 14,3% em relação ao ano de 2009. O ano foi significativo para o setor no que tange a ascensão das classes C e D e ao aumento de renda da população, resultando na expansão dos negócios da Companhia. As projeções para o segmento em 2011 confirmam um crescimento de 12,8%.

Reiteramos a nossa orientação estratégica: (i) atenção da Companhia na subscrição, na gestão dos riscos e nas oportunidades; (ii) manter os esforços concentrados na modernização de processos operacionais e de gestão; (iii) fortalecimento do relacionamento com os corretores e (iv) permanente busca de inovações tecnológicas, que alteram a todo instante as formas de relacionamentos com clientes, corretores, investidores, governos e comunidade em geral.

Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produto lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimento a corretores e clientes e à gestão de custos administrativos.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela continua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP e ao IRB - Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	2010	2009
Prêmios emitidos líquidos	991.956	757.642
Prêmios resseguros cedidos	(1.431)	(252)
Prêmios retidos	990.525	757.390
Variação das provisões técnicas	(130.306)	(89.604)
Prêmios ganhos (Nota 21)	860.219	667.786
Sinistros retidos (Nota 22)	(596.057)	(472.721)
Despesas de comercialização (Nota 22)	(170.263)	(139.129)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	44.485	23.005
Despesas administrativas (Nota 22)	(67.174)	(57.808)
Despesas com tributos (Nota 22)	(17.190)	(15.824)
Resultado financeiro (Nota 22)	95.387	85.786
Resultado patrimonial	2.198	2.142
Resultado operacional	151.605	93.237
Ganhos (perdas) com ativos não correntes	(149)	238
Resultado antes dos impostos e participações	151.456	93.475
Imposto de renda (Nota 8(b))	(33.171)	(20.609)
Contribuição social (Nota 8(b))	(19.666)	(12.769)
Participações sobre o resultado	(11.420)	(7.405)
Lucro líquido do exercício	87.199	52.692
Quantidade de ações	17.990.140	17.990.140
Lucro líquido por ação - R\$	4,85	2,93

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2010	2009
Receitas	1.103.149	824.769
Receitas com operações de seguros	991.956	757.642
Outras	111.932	62.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão constituição	(738)	4.987
Variação das provisões técnicas	(130.306)	(89.604)
Operações de seguros	(130.306)	(89.604)
Receita líquida operacional	972.843	735.165
Benefícios e sinistros	(596.057)	(472.721)
Sinistros	(596.057)	(472.721)
Insumos adquiridos de terceiros	(271.361)	(210.968)
Materiais, energia e outros	(95.595)	(68.049)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(200.245)	(131.216)
Variação das despesas de comercialização diferidas	24.479	(11.703)
Valor adicionado bruto	105.426	51.476
Depreciação	(1.384)	(1.186)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	104.042	50.290
Valor adicionado recebido em transferência	100.635	90.595
Receitas financeiras	100.602	90.519
Resultado de equivalência patrimonial	32	74
Valor adicionado a distribuir	204.677	140.883
Distribuição do valor adicionado	204.677	140.883
Pessoal e encargos	37.800	30.472
Remuneração direta	17.415	15.090
Benefícios	18.901	13.969
FGTS	1.484	1.413
Impostos, taxas e contribuições	73.944	52.540
Federais	73.094	51.931
Estaduais	696	455
Municipais	154	154
Remuneração de capital de terceiros	5.771	5.179
Juros	5.215	4.733
Aluguéis	556	446
Remuneração de capitais próprios	87.162	52.692
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.800	10.185
Lucros retidos	76.362	42.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua *

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone:



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária	Ajustes TVM	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	75.045	14.323	4.923	6.916	73.103	(84)	-	174.226
Aumento de capital								
Aumento do capital com lucros e reservas conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de março de 2009	3.955	-	-	-	(3.955)	-	-	-
Ajustes patrimoniais								
Ajustes de avaliação patrimonial								
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	496	496
Realização por alienação	-	-	(302)	-	-	-	302	-
Realização parcial por depreciação	-	-	(104)	-	-	-	104	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(47)	-	(47)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	52.692	52.692
Destinações do lucro do exercício								
Reserva legal	-	-	-	2.635	-	-	(2.635)	-
Dividendos distribuídos - R\$ 0,14 por ação	-	-	-	-	-	-	(2.555)	(2.555)
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,57 por ação ordinária (R\$ 0,48 líquido de IR)	-	-	-	-	-	-	(10.185)	(10.185)
Reserva estatutária	-	-	-	-	38.219	-	(38.219)	-
Em 31 de dezembro de 2009	79.000	14.323	4.517	9.551	107.367	(131)	-	214.627
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2010	21.000	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Ajustes patrimoniais								
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20 (e))	-	-	-	-	(647)	-	-	(647)
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	94	-
Realização parcial por depreciação	-	-	(94)	-	-	-	94	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	131	-	131
Dividendos complementares	-	-	-	-	(1.404)	-	-	(1.404)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.199	87.199
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	-	-	-	4.360	-	-	(4.360)	-
Dividendos distribuídos - R\$ 0,64 por ação	-	-	-	-	-	-	(11.553)	(11.553)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,60 por ação ordinária (R\$ 0,51 líquido de IR)	-	-	-	-	-	-	(10.800)	(10.800)
Reserva estatutária	-	-	-	-	60.580	-	-	(60.580)
Em 31 de dezembro de 2010	100.000	14.323	4.423	13.911	144.896	-	-	277.553

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais		
	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro	1.040.871	801.414
Outros recebimentos operacionais (salvados, resarcimentos e outros)	77.234	51.746
Pagamentos de sinistros e comissões	(761.293)	(622.239)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(88.565)	(59.998)
Pagamentos de despesas e obrigações	(39.968)	(35.729)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(266)	(183)
Outros pagamentos operacionais	(9.424)	(4.774)
Recebimentos de juros e dividendos	113	237
Constituição de depósitos judiciais	(2.523)	(7.824)
Resgates de depósitos judiciais	-	3.022
Pagamentos de participações nos resultados	(5.516)	(3.855)
Caixa gerado pelas operações	210.663	121.817
Impostos e contribuições pagos	(100.779)	(55.365)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(268.349)	(94.820)
Vendas e resgates	182.103	59.233
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.638	30.865
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente Imobilizado	(11.516)	(13.312)
Recebimento pela venda de ativo permanente Imobilizado	173	436
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(11.343)	(12.876)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.100)	(16.948)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(13.100)	(16.948)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(805)	1.041
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.773	4.732
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.968	5.773
Ativos livres no início do exercício	128.169	95.303
Ativos livres no final do exercício (Nota 16(b))	162.004	128.169
Aumento das aplicações financeiras - Recursos livres	33.835	32.866

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações e tem por objeto a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo critérios estabelecidos pelos planos de contas instituídos pelas Circulares SUSEP nºs 379/2008 e 385/2009, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC,

no que não contrariam as disposições contidas em legislação específica da SUSEP. As demonstrações financeiras, e são ajustadas ao valor de mercado, sendo os rendimentos, as valorizações e desvalorizações apropriados ao resultado do exercício. As aplicações em títulos e valores mobiliários classificadas na categoria "disponível para venda" são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são registrados no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado, sendo o ajuste registrado em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários e incorporado ao resultado do exercício em que ocorrer a efetiva realização.

(c) O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. e por outros investimentos são registrados ao valor de custo de aquisição, e os imóveis destinados à renda, que incluem acréscimos ou decréscimos decorrentes de reavaliação efetuada por peritos independentes, são depreciados à taxa média anual de 2%.

(d) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. Terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em 15 de janeiro de 2007 por peritos independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007, como novo valor de custo das edificações e terrenos. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para lucros acumulados na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros acumulados quando os terrenos forem eventualmente alienados. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 13(a).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados.

(e) Intangível - são assim representados: (i) Programas de computador (softwares) - Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota 13(b). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. (ii) Outros ativos intangíveis - Aquisição de marcas e patentes, conforme demonstrado na Nota 13(a).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar eventuais evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(g) Os demais ativos circulante e não circulante são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, os rendimentos auferidos e as provisões para perda.

(h) São constituidas provisões para riscos de créditos em montantes considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos a receber, sobre os prêmios a receber de riscos decorridos vencidos há mais de 60 dias.

(i) Provisões técnicas - são constituídas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, conforme segue:

(i) A Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada "pro-rata" dia.

(ii) A Provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos continua *



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pela Companhia e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA.

(iii) A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indemnizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro. É constituida provisão adicional para ajuste estatístico da PSL, denominada Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Estimados (IBNRE), cujo objetivo é estimar as alterações que os sinistros avisados poderão sofrer ao longo dos processos de regulação e liquidação. Essa provisão é calculada conforme metodologia prevista em NTA.

(iv) A Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNYR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia e é calculada conforme metodologia prevista em NTA. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08.

(v) A Provisão de oscilação de riscos (POR) é constituída para os riscos vigentes na data-base do cálculo com o objetivo de reduzir os impactos nas taxas de risco quando da ocorrência de sinistros atípicos e vultosos, nos seguros empresariais, residenciais e condominiais, com base em metodologia prevista em NTA. (Nota 17(a)).

(vi) A Provisão de despesas administrativas (PDA) é constituída com o objetivo de cobertura de déficit administrativo, com base nos recursos originados dos resultados administrativos apurados mensalmente do Convênio DPVAT. (Nota 17(a)).

(vii) A Provisão complementar de prêmios (PCP) é constituída mensalmente com o objetivo de complementar a PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. Sua estimativa é feita por ramo e tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. O valor da provisão é a diferença, se positiva, entre a média do somatório dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, para os seguros de ramos elementares e vida (Nota 17(a)).

(viii) As Provisões matemáticas relativas aos planos de previdência privada são contabilizadas por determinação da SUSEP, até que se finalize o prazo prescricional da extinta operação previdenciária.

(j) O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. São constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (edifícios), cujo montante é transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, na realização por depreciação ou baixa desses ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os terrenos não são reconhecidos por não haver nenhuma expectativa de realização ou baixa desses bens, de acordo com as normas em vigor.

Quando da aplicação do CPC 32 pela SUSEP, esses tributos sobre reavaliação serão constituídos.

(k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias: (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. (ii) Passivos contingentes - são constituídos considerando: (a) a opinião dos assessores jurídicos; (b) a causa das ações; (c) a similaridade com processos anteriores; (d) complexidade da causa e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda puder ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente. (iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal. (iv) Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação, e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

(l) Para fins societários, as despesas com os juros sobre o capital próprio são usualmente demonstradas como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Companhia (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e antes de se considerar a referida distribuição) e qualquer deduções referentes ao imposto de renda; e (ii) 50% dos lucros acumulados da Companhia e das reservas de lucros.

(m) Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

(n) Consolidação das demonstrações financeiras - a Companhia detém 99,99% de participação na controlada Franco Corretora de Seguros, cujo patrimônio líquido e o resultado do exercício em 2010 correspondem a R\$ 746 e R\$ 75, respectivamente (2009 - R\$ 714 e R\$ 74, respectivamente). (Nota 12(a)). Considerando as regras da Circular nº 379/08 da SUSEP e a Instrução Normativa 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a consolidação dessa controladora nas demonstrações financeiras da Companhia não representará alteração relevante na unidade econômica consolidada da mesma e, portanto, não foi consolidada nas suas demonstrações financeiras.

4. APLICAÇÕES
(a) Composição da carteira de investimentos quanto à categoria dos títulos

	2010	2009
Títulos para negociação		
Fundos abertos não exclusivos		
Títulos de renda fixa		
Quotas de fundos de investimentos	581.404	389.734
Fundos retidos - IRB	127	125
Total de títulos para negociação	581.531	389.859

Títulos disponíveis para venda

	2010	2009
Certificados de depósitos bancários - CDBs	29.462	57.823
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	43.480
Total de títulos disponíveis para venda	29.462	101.303
Total das aplicações financeiras	610.993	485.162

(b) Composição dos títulos classificados como disponível para venda comparando valor de custo com valor de mercado

	2010	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	29.462	-	29.462
Total	29.462	-	29.462

As quotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base na quota divulgada pelo administrador do fundo na data dos Balanços.

Os títulos públicos são valorizados à valor de mercado através da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos contidos na carteira:

(c) Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos

	2010	Sem vencimento	Acima de 360 dias	Total
Fundos abertos não exclusivos				
Títulos de renda fixa				
Quotas de fundos de investimentos	581.404	-	581.404	
Fundos retidos - IRB	127	-	127	
Total de títulos para negociação	581.531	-	581.531	

Títulos disponíveis para venda (ii)

	2010	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Depósitos bancários a prazo				
Certificados de depósitos bancários - CDBs	-	29.462	29.462	29.462
Total de títulos disponíveis para venda	-	29.462	29.462	29.462
Total das aplicações financeiras	581.531	-	610.993	610.993

(i) Os títulos classificados na categoria "Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, independentemente da data de vencimento dos títulos, conforme legislação vigente (Circular SUSEP nº 379/08).

(ii) Os títulos classificados na categoria "Disponíveis para venda" foram classificados em 2009 no ativo circulante, tendo em vista a intenção da administração em negociá-los ativa e frequentemente durante os próximos doze meses.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Visão geral

A política de investimentos da Companhia obedece a critérios de avaliação interna relacionada a cada segmento de negócio e perfil de assunção a riscos. Nesse cômputo, a alocação de recursos é realizada em conformidade com as legislações aplicáveis ao mercado financeiro e de capitais e de seguros. Nesse aspecto, destacam-se a composição das reservas técnicas para o ramo de seguros e também a política de acompanhamento de ativos e passivos no tempo, o Asset Liability Management - ALM. Para a efetiva alocação de recursos, a Companhia dispõe de mecanismo de avaliação e acompanhamento do desempenho das operações, com limites estabelecidos amparados em informações qualitativas e quantitativas.

Os principais riscos decorrentes das operações da Companhia estão

6. PRÊMIOS A RECEBER

	2010	2009
Prêmios a receber de segurados	219.323	-
Responsabilidade civil facultativa	45.919	-
Compreensivo residencial	486	-
Vida em grupo	337	(139)
Transporte nacional	242	(242)
Transporte Internacional	171	(171)
Responsabilidade civil transportador rodoviário - carga	179	(179)
Compreensivo empresarial	375	-
Demais ramos	2.637	(83)
Total	289.669	(814)
Prêmios a receber de segurados	141.599	-
Responsabilidade civil facultativa	42.613	-
Compreensivo residencial	408	-
Vida em grupo	479	(188)
Transporte nacional	242	(242)
Transporte Internacional	171	(171)
Responsabilidade civil transportador rodoviário - carga	179	(179)
Compreensivo empresarial	392	-
Demais ramos	2.178	(83)
Total	188.261	(863)
Prêmios a receber - líquido	141.599	-
Responsabilidade civil facultativa	42.613	-
Compreensivo residencial	408	-
Vida em grupo	479	(188)
Transporte nacional	242	(242)
Transporte Internacional	171	(171)
Responsabilidade civil transportador rodoviário - carga	179	(179)
Compreensivo empresarial	392	-
Demais ramos	2.178	(83)
Total	187.398	(863)

A provisão para riscos de créditos inclui também R\$ 386 (2009 - R\$ 626) de saldos remanescentes de créditos com resseguradoras e congêneres decorrentes de seguradoras adquiridas e posteriormente incorporadas pela Companhia.

Composição quanto aos prazos de vencimento:

	2010	2009
A vencer	260.921	180.838
Vencidos até 30 dias	7.483	6.218
Vencidos de 31 a 60 dias	225	153
Vencidos de 61 a 90 dias	101	78
Vencidos de 91 a 105 dias	58	30
Vencidos há mais de 105 dias	881	944
Total	269.669	188.261

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2010



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 -
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		O detalhamento dos principais depósitos judiciais está descrito na Nota 19.									
A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:		12. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS									
(a) Participações societárias		As participações societárias estão assim representadas (líquida de provisão para desvalorização):									
Lucro antes da despesa do IRPJ, da CSLL, líquido de participações		2010	2009	Franco	Outros						
Alíquota vigente		140.036	86.070	Correagem de Seguros	IRB - Brasil investimento	Total					
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente		40%	40%	Capital social	125	125					
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		(56.014)	(34.428)	Percentual de participação	99,99						
Impostos sobre dividendos		204	328	Participação no patrimônio líquido	746	746					
Juros sobre capital próprio		4.320	4.074	Lucro líquido do exercício da controlada em 31 de dezembro de 2009	32	32					
Majoração da alíquota de 9% para 15% da CSLL		(3.538)		Saldos em 31 de dezembro de 2009	714	1.001	229	1.944			
Imposto sobre participação no resultado dos administradores		(2.381)	(1.440)	Resultado da equivalência patrimonial	32	—	—	32			
Outros		(1.541)	(994)	Outros	—	(1)	(1)				
Incentivo Lei Rouanet		769		Saldos em 31 de dezembro de 2010	746	1.001	228	1.975			
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias:		1.806	2.620								
Despesa contabilizada de IRPJ e CSLL		(52.837)	(33.378)								
9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		2010	2009								
Circulante											
Adiantamentos a funcionários		414	395								
Adiantamentos administrativos		6	10								
Não circulante		420	405								
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador		1.653	1.100								
Provisão para riscos de créditos		(327)	(303)								
10. OUTROS VALORES E BENS		2010	2009								
Bens destinados à venda											
Salvados		21.038	16.186								
Outros valores											
Almoxarifado		629	240								
21.667		16.426									
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - NÃO CIRCULANTE		2010	2009								
INSS		28.958	27.913								
COFINS		11.067	11.012								
CSLL		10.910	10.262								
PIS		5.749	6.836								
IRPJ		1.858	1.774								
Outros depósitos fiscais		12.708	9.177								
Trabalhistas		5.867	4.565								
Sinistros		77.117	71.539								
7.246		5.191									
13. PERMANENTE		79.663	73.358								
(a) Imobilizado											
Terrenos		Edificações	Infor-mática	Equipamen-to	Móveis, máq. e utensílios	Rasteira-dores	Outras imobi-lizações	Total em operaçao	Obras em andamento	Imobi-lizado total	
Saldo em 31 de dezembro de 2008		1.657	3.051	1.625	340	358	164	7.454	1.127	15.776	250
Aquisição		—	—	430	—	24	29	7.833	—	8.316	4.996
Alienação/baixas		—	—	(18)	—	(3)	(39)	—	—	(60)	(60)
Transferências		—	24	—	—	—	—	—	(15)	9	9
Depreciação		—	(68)	(566)	(98)	(46)	(45)	(4.920)	—	(5.744)	(5.744)
Saldo em 30 de dezembro de 2009		1.657	3.006	1.471	242	333	109	10.367	1.112	18.297	5.246
Custo total		1.657	5.935	3.594	714	722	259	16.591	2.563	32.035	5.246
Depreciação acumulada		—	(2.929)	(2.123)	(472)	(389)	(150)	(6.224)	(1.451)	(13.738)	(13.738)
Valor residual		1.657	3.006	1.471	242	333	109	10.367	1.112	18.297	5.246
Saldo em 31 de dezembro de 2009		1.657	3.006	1.471	242	333	109	10.367	1.112	18.297	5.246
Aquisição		—	—	1.099	—	10	121	3.542	(27)	4.745	10.986
Alienação/baixas		—	—	(15)	(2)	(13)	(107)	—	(191)	(328)	(328)
Transferências		—	3.772	564	280	1.678	—	—	(15)	6.279	(6.294)
Depreciação		—	(108)	(869)	(107)	(100)	(41)	(5.874)	(60)	(7.159)	(7.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.657	6.670	2.250	413	1.908	82	8.035	819	21.834	9.938
Custo total		1.657	9.708	4.746	972	2.302	131	20.133	1.496	41.145	9.938
Depreciação acumulada		—	(3.038)	(2.496)	(559)	(394)	(49)	(12.098)	(677)	(19.311)	(19.310)
Valor residual		1.657	6.670	2.250	413	1.908	82	8.035	819	21.834	9.938
Taxas anuais de depreciação - %		—	2	20	10	10	20	33.33	10	—	—
(i) Para terreno não existe depreciação. A depreciação de edificações, cuja taxa média anual é de 2%, é calculada de acordo com os prazos de vida útil remanescente dos bens, previstos nos laudos de avaliação. A depreciação dos rastreadores é calculada com base no prazo médio de permanência do segurado na Companhia. Obras em andamento referem-se (principalmente) a benfeitorias realizadas na sede da Companhia.		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(b) Intangível		Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido					
Programas de computador		20	691	(470)	221	285					
Marcas e patentes		—	380	—	380	380					
		1.071	(470)	601	665						
14. CONTAS A PAGAR											
(a) Obrigações a pagar - circulante		2010	2009								
Fornecedores		4.548	35								

*continuação



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(*) Os saldos considerados como outras provisões referem-se:

	2010	2009
Provisão de oscilação de riscos	1.850	1.817
Provisão complementar de prêmios	1.345	986
Provisão de despesas administrativas	74	223
	<u>3.269</u>	<u>3.026</u>

(b) Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2010	2009
Total das provisões técnicas	<u>672.563</u>	<u>519.233</u>
(-) Provisão de resseguro - PPNG	(69)	(100)
(-) Recuperação de sinistros a liquidar	(4.335)	(4.491)
(-) Fundos e reservas referidas IRB	(127)	(125)
(-) Depósitos judiciais de sinistros	(2.547)	(1.819)
(-) Direitos creditórios (*)	(216.606)	(155.830)
(-) Recuperação de sinistros - IBNR	(17)	-
Montante a ser garantido	<u>448.862</u>	<u>356.868</u>
Títulos de renda fixa públicos	-	43.480
Certificados de depósitos bancários	29.462	57.823
Quotas de fundos de investimento	581.404	383.734
Garantias das provisões técnicas	610.866	485.037
Recursos livres	<u>162.004</u>	<u>128.169</u>

(*) Montante correspondente às parcelas não vencidas componentes dos prêmios a receber e dos riscos a decorrer.

18. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", comercializado anteriormente pela Auxiliar Seguradora S.A. (empresa incorporada com denominação de Rio Branco Seguradora S.A.), a Companhia mantém na rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, após a publicação de convocação em jornal de grande circulação.

19. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos.

(a) Os saldos das provisões judiciais constituídas são os seguintes:

	2010	2009
	(-) Depósitos judiciais (*)	Passivo
Passivo	64.580	71.251
Provisões fiscais (i)	8.143	5.866
Provisões trabalhistas (ii)	8.568	-
Provisões cíveis (iii)	<u>81.291</u>	<u>77.117</u>

(*) Apresentados em conta de ativo, conforme Nota 11.

(b) A movimentação das provisões judiciais foram:

	2010		
Provisões fiscais	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Total
Saldo inicial	64.052	7.064	6.060
Constituições	1.886	1.421	3.232
Reversões	(2.628)	(342)	(724)
Atualização monetária	1.270	-	-
Saldo final	<u>64.580</u>	<u>8.143</u>	<u>8.568</u>
Quantidade	<u>61</u>	<u>95</u>	<u>536</u>

(c) O detalhamento das provisões judiciais por probabilidade de perda, em 31 de dezembro de 2010, é o seguinte:

	Provisões fiscais	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Total
Perdas prováveis	2.110	7.857	1.905	
Perdas possíveis	57.136	286	6.663	
Perdas remotas	5.334	-	-	
Quantidade	<u>64.580</u>	<u>8.143</u>	<u>8.568</u>	

As ações judiciais classificadas com possibilidade de perda possível e remota estão registradas contabilmente em consonância com a Carta-Circular SUSEP nº 15/06 que determina que a aplicação da NPC 22 - Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas não terá aplicação retroativa, ou seja, deverá ser aplicada aos processos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006.

(d) Apresentamos descrição das contingências passivas:

(i) Provisões fiscais - natureza das ações

As principais ações fiscais referentes a obrigações legais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2010	2009
INSS	26.876	25.791
COFINS	11.067	11.012
PIS	6.601	8.706
CSLL	4.418	4.390
CSLL - diferença de alíquota de 9% para 15%	7.342	6.739
IRPJ	1.858	1.774
Outros	<u>6.418</u>	<u>5.640</u>

INSS

A Companhia discute judicialmente a incidência no INSS sobre as importâncias por ela repassadas aos corretores de seguros, exigida com base no inciso III do artigo 22 da Lei nº 8.212/91, bem como ao recolhimento do adicional de 2,5%, previsto no artigo 1º da Lei nº 9.876/99. Com o advento da Lei nº 11.941/2009, em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, em relação a tese do recolhimento do INSS sobre os valores pagos aos corretores de seguros, e obteve homologação da desistência e renúncia parciais desta ação, com os benefícios previstos na anistia, prosseguindo-se a discussão em relação ao adicional de 2,5%. Quanto à discussão do adicional de 2,5%, foram proferidos sentença e

acordão desfavorável à Companhia e, atualmente, aguarda admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é possível a probabilidade de perda desta ação. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente à receita bruta.

Em 2006, a Companhia obteve decisão do STF a qual determinou a incidência da COFINS sobre o seu faturamento que corresponderia às suas atividades empresariais. A Companhia recorreu dessa decisão e atualmente aguarda decisão do pleno. Desde 2006 a Companhia deixou de recolher e provisionar a parcela da COFINS sobre suas receitas financeiras. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é remota a probabilidade de perda desta ação, com relação às receitas não operacionais e possível, com relação às receitas advindas de prêmios de seguros. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96 e 17/97 e da Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

No caso da EC nº 01/94, na ação proposta pela Companhia, foram proferidas sentença e acordão parcialmente procedentes com relação à anterioridade e irretroatividade. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é possível a probabilidade de perda desta ação. O período que não possui decisão favorável e remota quanto à anterioridade e irretroatividade. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

No caso da EC nº 10/96, na ação proposta pela Companhia, foi proferida sentença procedente e acordão improcedente. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é possível a probabilidade de perda desta ação. O período que não possui decisão favorável e remota quanto à anterioridade e irretroatividade. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

No caso da EC nº 17/97, na ação proposta pela Companhia, foi proferida sentença parcialmente procedente com relação à anterioridade e irretroatividade e acordão procedente, o qual transitou em julgado no dia 16 de agosto de 2006. Atualmente, aguarda-se expedição dos alvarás de levantamento em favor da Companhia da parcela do depósito judicial correspondente ao êxito obtido na ação.

Na ação proposta pela sociedade Motor Union, incorporada pela Companhia, foi proferida sentença parcialmente procedente com relação à anterioridade e irretroatividade e acordão improcedente. Atualmente, aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração no Recurso de Apelação. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é remota a probabilidade de perda quanto à anterioridade e irretroatividade e possível, quanto aos demais períodos. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

No processo em que se discute a Lei nº 9.718/98, intentado pela Companhia, foi proferida sentença improcedente e acordão parcialmente procedente para o alargamento da base de cálculo. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é remota a probabilidade de perda desta ação, com relação às receitas não operacionais e provável, com relação às receitas advindas de prêmios de seguros. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

Com a edição da Lei nº 11.941, em 27 de maio de 2009, foi revogado expressamente o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo das contribuições para PIS e COFINS.

Assim, a partir do mês de maio de 2009, a Companhia deixou de provisionar os valores relativos ao PIS incidente sobre as demais receitas. IRPJ e CSLL.

A Companhia ingressou com ação visando discutir a legalidade e constitucionalidade dos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95, que restringiram o direito da impetrante, quanto à compensação de prejuízos fiscais para fins de IRPJ ou da base negativa da CSLL.

Em 2004, após prazo decadencial, a Companhia desistiu do processo em relação ao imposto de Renda e em 2005 o processo foi encerrado em relação à CSLL, após a Companhia ter levantado o valor remanescente do depósito judicial, no montante de R\$ 3.636.887,48, com a consequente baixa da provisão.

CSLL

A Companhia propôs ação visando discutir o direito de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no "caput" do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, e não sobre a alíquota imposta pela Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996.

A Companhia obteve sentença parcialmente favorável para recolher a CSLL à alíquota de 18% somente no período de janeiro a 07 de junho de 1996. Houve recursos de apelação da Companhia e da União Federal. O caso foi afetado ao plenário do TRF da 2ª Região. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é provável a probabilidade de perda desta ação. O período que não possui decisão favorável e nem recolhimento, está com a exigibilidade suspensa por depósito judicial.

A sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia recorreu e obteve decisão reconhecendo a decadência em relação aos anos de 1992, 1993 e 1994 e extinguindo a multa isolada incidente no ano-calendário de 1997. O recurso da União foi admitido apenas quanto à decadência da multa isolada. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Especial interposto pela União, bem como o Recurso Extraordinário interposto pela incorporada em face do acordão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário. Os consultores

jurídicos da Companhia entendem que é possível a probabilidade de perda desta



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

no montante de R\$ 1.404.

Em 29 de outubro e 29 de dezembro de 2010 foram creditados aos acionistas JCP no montante de R\$ 9.180 (2009 - R\$ 8.657), líquido de imposto de renda.

(d) Capital adicional para o risco de subscrição

A SUSEP divulgou as Resoluções CNSP nºs 155 e 158, em 26 de dezembro de 2006, que instituíram as regras de alocação de capital de riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguro, e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à possível insuficiência de capital para as seguradoras com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, aumentando o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos.

Considerar-se-ão, para efeitos das Resoluções citadas, os conceitos a seguir:

- Capital mínimo requerido - montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantia de suas operações e é equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional.
- Capital base - montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo. O Capital Base para garantia de suas operações em todo país é de R\$ 15.000.
- Capital adicional - montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação.
- Modelo interno - modelo, desenvolvido pela sociedade seguradora, que avalia a necessidade de capital da sociedade seguradora.

A Companhia possui modelo interno de capital mínimo e está devidamente enquadrada à legislação vigente. Portanto, não haverá necessidade de aporte de capital.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia concluiu em 2010 os estudos e cálculos previstos na norma contábil NPC 26, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, para apuração dos custos que proporcionam benefícios a empregados. Os reflexos em exercícios anteriores totalizam em R\$ 647, líquido dos efeitos tributários (Nota 15).

(f) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e Margem de Solvência

	2010	2009
Patrimônio líquido	277.553	214.627
Deduções		
Despesas antecipadas	(559)	(516)
Participação societária	(373)	-
Outras deduções	(380)	(380)
Patrimônio líquido ajustado	<u>276.241</u>	<u>213.731</u>
A) 0,2 prêmio retido anual médio - últimos 12 meses	198.105	151.478
B) 0,33 sinistro retido anual médio - últimos 36 meses	157.152	112.680
C) Margem de solvência (valor de A ou B - o maior)	198.105	151.478
Suficiência	<u>78.136</u>	<u>62.253</u>

21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmio ganho	
	2010	2009
Automóveis	643.235	488.038
Responsabilidade Civil Facultativa	161.395	128.923
Outros	7.999	7.295
Automóvel	812.629	624.256
DPVAT	40.243	36.018
Compreensivo empresarial	1.563	1.443
Compreensivo residencial	2.300	2.328
Compreensivo condomínio	35	102
Outros	67	96
Patrimonial	3.965	3.969
Vida em grupo - Pessoas	3.382	3.577
Outros	-	(34)
	<u>860.219</u>	<u>667.786</u>

Despesas de comercialização

(i) A Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor) e a Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg) assinaram acordo para que, a partir de junho de 2010, além da comissão de intermediação, os corretores de seguros do país passem a receber, também, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do custo de apólice.

(e) Despesas administrativas

	2010	2009
Pessoal	(30.258)	(26.406)
Serviços de terceiros	(4.072)	(3.538)
Localização e funcionamento	(25.155)	(20.436)
Despesas administrativas com DPVAT	(2.625)	(3.666)
Outras	(5.064)	(3.762)
	<u>(67.174)</u>	<u>(57.808)</u>

(f) Despesas com tributos

	2010	2009
COFINS	(13.335)	(12.189)
PIS	(1.149)	(2.167)
Taxa de fiscalização	(1.855)	(838)
Outras	(851)	(610)
	<u>(17.190)</u>	<u>(15.824)</u>

(g) Receitas financeiras

	2010	2009
Titulos de renda fixa	7.398	9.908
Operações de seguros (*)	43.070	36.630
Quotas de fundos de investimentos	44.474	33.812
Variações monetárias dos depósitos judiciais	1.656	2.926
Outras	4.004	7.243
	<u>100.602</u>	<u>90.519</u>

(*) Referem-se basicamente a encargos incidentes sobre o fracionamento de prêmios.

(h) Despesas financeiras

	2010	2009
Encargos sobre tributos	(562)	(238)
Operações de seguros (*)	(2.813)	(3.913)
Variações monetárias de contingências passivas	(1.270)	(740)
Outras	(570)	158
	<u>(5.215)</u>	<u>(4.733)</u>

(i) Resultado financeiro

95.357 85.796

(*) Referem-se, principalmente, à capitalização da provisão do IBNR Convênio DPVAT.

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em maio de 2007, a Companhia implantou Plano de Previdência Privada complementar na modalidade de contribuição variável oferecido aos seus colaboradores através da empresa ligada Portoprev - Porto Seguro Vida e Previdência Complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% do salário fixo do participante.

Em 31 de dezembro de 2010, a patrocinadora contava com 136 (2009 - 152) participantes ativos, que efetuaram contribuições no total de R\$ 305 (2009 - R\$ 289).

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores, é assim demonstrada:

	Itens	Tipo de segurança	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos		
			27.916
Responsabilidade Civil	Estabelecimentos comerciais, empregador e contingência de veículos		13.500
			3.540
Veículos	Responsabilidade civil facultativa		

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Relatório do Comitê de Auditoria é publicado nas demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do conglomerado Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o conglomerado.

KARINA MIYUKI HONMA NITA - Atuária MIBA nº 1086

JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador - CRC RJ 068029/O-9

PARECER ATUARIAL

Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais:

atuarial e compreenderam avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os seus compromissos, passados e futuros, com os segurados. Desta forma, verificamos as Provisões Técnicas constituídas, bem como as movimentações na carteira durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, considerando o regime de competência atuarial. Por meio de testes de consistência, foram analisadas as metodologias utilizadas para a obtenção dos resultados apresentados.

(3) Assim, a Avaliação Atuarial, referida no parágrafo (1), apresenta-se adequada em todos os aspectos relevantes às práticas atuariais aplicáveis e as Provisões Técnicas constituídas garantem a solvência da Companhia. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011

Karina Miyuki Honma Nita

Atuária MIBA Nº 1086

Fábio Ohara Morita

Diretor Técnico

continua

Acesse:
www.io.rj.gov.br

*continuação



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Av. Rio Branco, 80 - 13º, 15º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Acs Administradoras e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais

em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Id: 1094614

**VOCÊ QUER EMPREGO?
VOCÊ QUER EMPREGAR?
NÓS TEMOS O QUE VOCÊ PROCURA!!**



AGÊNCIA DE TRABALHO E RENDA
A MAIOR REDE DE RECURSOS HUMANOS
GRATUITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TEMOS UMA PERTINHO DE VOCÊ!



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
ESTADO DE TRABALHO
E RENDA

2332-9999

www.trabalho.rj.gov.br